



Desenvolvimento do Trabalho e Formação na Saúde: diálogos e artesanias

Míriam Thais Guterres Dias
Organizadora

**Desenvolvimento
do trabalho e formação
na saúde:
diálogos e artesanias**

Míriam Thais Guterres Dias
Organizadora



Porto Alegre
2020

© dos autores

1ª edição: 2020

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Ágatha Santos Cunha e André Phylippe Dantas Barros

Revisão: Mara Níbia Silva

Editoração eletrônica: Rafael Marczal de Lima

Impressão: Evangraf Ltda.

Comissão Editorial

Alcindo Antônio Ferla

Fátima Plein

Maria Carolina Pinheiro Meirelles

D451 Desenvolvimento do trabalho e formação na saúde : diálogos e artesanias / organizadora Miriam Thais Guterres Dias. – Porto Alegre : Evangraf, 2020.
5Mb. PDF. : il

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5699-045-0

1. Educação em saúde coletiva - Brasil. 2. Trabalho - Gestão. 3. Educação em saúde. 4. Profissionais da saúde - Formação. 5. Sistema Único de Saúde (Brasil). 6. Epidemiologia. I. Dias, Miriam Thais Guterres.

CDU 378:614(81)

Capítulo 6

A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA: GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Carolina da Silva Buno

Geisa Neutzling de Moraes

Ágatha Santos Cunha

André Phylippe Dantas

Márcio Hoff

Míriam Thais Guterres Dias

Aline Blaya Martins de Santa Helena

Introdução

A realização do Curso de Especialização Educação em Saúde Coletiva: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, proporcionou aprendizagens sobre a relevância das estratégias de educação permanente e integração ensino-serviço bem como sobre a gestão na educação. Confirmou também a importância do município como um ente federado na oferta de serviços e ações de saúde para a população, pela sua capilaridade e pelo trabalho dos seus profissionais e gestores.

Estas aprendizagens motivaram a elaboração deste capítulo, que tem o propósito de socializar esta experiência e destacar algumas premissas e estratégias de ensino-aprendizagem que sustentaram a realização do curso de especialização. A equipe de trabalho pedagógico, técnico e administrativo do curso foi composta por docentes coordenadoras e tutoras, mestrandas em Saúde Coletiva como preceptoras, técnico de assuntos educacionais e acadêmicos, todos pertencentes à área de saúde coletiva.

A educação em saúde coletiva

[...] abrange o processo de formação especializada de profissionais, a qualificação para a percepção ampliada da saúde e para a resposta segura dos sistemas e serviços de saúde às demandas coletivas da população, a gestão pedagógica do ensino e pesquisa no complexo campo da saúde pública/saúde coletiva e o planejamento dos centros de ensino e pesquisa para responderem às demandas e às necessidades dos processos de reforma sanitária que, no caso brasileiro, corresponde à implantação do Sistema Único de Saúde (CECCIM; ARMANI, 2001, p. 31).

Esta formulação indica um projeto ético-político para a formação e a qualificação dos profissionais no Sistema Único de Saúde, fundamento que a realização deste curso de especialização buscou realizar, a partir de um esforço coletivo da universi-

dade e dos municípios, por meio dos seus personagens professores, trabalhadores da saúde e estudantes.

Os municípios parceiros e o COSEMS/RS participaram do curso indicando dois profissionais para as vagas de cursistas e receberam um bolsista-cursista para atuarem juntos nos cenários de práticas para o processo de ensino em serviço. Valorizaram a pedagogia de ensino-serviço proposta pelo curso, autorizando a sua realização nos ambientes de trabalho, e permitiram a liberação dos trabalhadores de suas funções para as atividades presenciais quinzenais do curso.

Uma ativa atuação de profissionais da saúde, trabalhadores municipais e bolsistas, compôs um processo educativo no mundo do trabalho que possibilitou mudanças nas relações, nos processos de trabalho e no desenvolvimento de novos perfis para atender as necessidades no campo da gestão.

A sustentabilidade do SUS depende tanto da formação de um novo profissional de saúde, quanto de uma política e de uma gestão de pessoal que contemple diversidades funcionais das várias profissões e especialidades e também a diversidade sanitária e de contexto das várias regiões brasileiras (CAMPOS, 2018, p. 1712).

A política de gestão do trabalho e da educação na saúde se faz necessária, pois é imprescindível para o Sistema Único de

Saúde seguir como política pública na direção da universalidade e da integralidade.

A carga-horária total da especialização foi de 720 horas de atividades distribuídas igualmente entre atividades teóricas e teórico-práticas. As atividades teóricas foram conduzidas por dezenove docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, organizados em sete disciplinas que trataram de temas fundamentais para a oferta de ferramentas teóricas na proposição de estratégias e intervenção em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde. Os professores participantes são integrantes do corpo docente dos cursos de Enfermagem, Medicina, Odontologia, Psicologia, Saúde Coletiva e Serviço Social.

As atividades teórico-práticas foram realizadas nos setores de trabalho dos profissionais cursistas e com a atuação de um cursista-bolsista responsável por ativar processos de educação e gestão do trabalho, buscando propiciar a participação de todos e o aprendizado em grupo, pautando práticas proativas, colaborativas e interprofissionais.

Os cenários de práticas do ensino-serviço foram as esferas da gestão, nos cargos de secretário/a municipal de saúde e coordenadores/as e na função de assessoria técnica regional do COSEMS/RS e dos municípios nos setores atenção básica, média complexidade e urgências e emergências, vigilância da saúde e educação na saúde. As atividades se realizaram no ambiente de trabalho dos profissionais cursistas junto com os bolsistas cursistas, e se constituíram em: Diagnóstico situacional do município; Construção e revisão do Plano operativo em saúde do municí-

pio; Colaboração na organização das Conferências Municipais de Saúde; Planejamento de projetos de intervenção voltados à gestão do trabalho em saúde; Realização de itinerâncias para familiarização com serviços de saúde e território; Participação no Núcleo Municipal de Educação em Saúde Coletiva¹ (NUMESC); Diagnóstico situacional das necessidades e ações de educação em saúde identificada pelos trabalhadores da rede; Planejamento de projetos de intervenção a partir das necessidades em educação em saúde identificadas pelos trabalhadores da rede; Construção de plano municipal de educação permanente em saúde; Construção de Mostra de Experiências Exitosas dos Municípios; Construção do Seminário Municipal de Educação em saúde; Articulação da rede municipal de saúde e educação para ações nas escolas municipais de educação infantil; Planejamento de projetos de intervenção a partir do programa “Crescer Saudável” e da linha de cuidado municipal do obeso adulto; Organização e realização de atividades programáticas (outubro rosa novembro azul); Planejamento de projetos de intervenção e capacitações voltados à epidemia de sífilis no município.

As características necessárias a um novo modelo de formação em saúde no Brasil estão na

¹ NUMESC - estrutura das Secretarias Municipais de Saúde, responsáveis pela educação em saúde coletiva a seus trabalhadores (TORRES, *et al.* 2008). Surgiu por iniciativa da Escola de Saúde Pública (ESP) do Rio Grande do Sul (Portaria SES RS 39/2000), que criou o Núcleo Regional de Educação em Saúde Coletiva (NURESC), descentralizando a educação em saúde para as Coordenadorias Regionais de Saúde. E, para uma responsabilidade conjunta entre gestão regional e municipal, surgiram os Núcleos Municipais de Educação em Saúde Coletiva (NUMESC).

[...] atenção aos problemas de maior prevalência e relevâncias nos serviços de saúde locais; diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem; maior ênfase na atenção primária, em promoção da saúde e na determinação multifatorial do processo saúde-doença. (CAMPOS, AGUIAR, BELISÁRIO, 2008, p. 1024)

A realização deste curso atendeu plenamente a este propósito de qualificar o trabalho no Sistema Único de Saúde.

A Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde nos Municípios

A Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde se constituiu como uma política pública com a premissa de que “a participação do trabalhador na saúde é fundamental para a efetividade e eficiência do SUS” (MACHADO; XIMENES NETO, 2018, p. 1978). A institucionalização desta política pública é recente no Brasil, instalada em 2003, que superou a concepção até então vigente de recursos humanos da saúde.

A criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) no Ministério da Saúde foi inovadora, pois “a junção dessas duas dimensões – educação e trabalho – em uma mesma área ministerial informa sobre uma nova concepção de formação e desenvolvimento para o trabalho” (TEIXEIRA, OLIVEIRA, ARANTES, 2012, p. 206). Contudo, este cenário já sofreu profundas alterações com o avanço da privatização na saú-

de, flexibilização das condições de trabalho, os limites impostos aos municípios pela Lei de Responsabilidade, e o crescente subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (FUNCIA, 2019).

Profissionais da saúde envolvidos na gestão de políticas e programas de saúde nos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre foram os cursistas da Especialização, assim como bacharéis em Saúde Coletiva e demais profissões na condição de bolsistas-cursistas. Estes demonstraram a relevância da área de gestão do trabalho e da educação na saúde, pois há uma necessidade de “intervir no cotidiano das ações de formulação, implementação e avaliação das políticas de saúde, agregando valor de aprendizagem no e pelo trabalho e processos tecnológicos (POSSA, 2016, p. 1).

A dimensão Educação na Saúde se fundamenta na premissa constitucional de que compete ao Sistema Único de Saúde a ordenação dos seus recursos humanos, corroborado pela Lei Orgânica da Saúde, 8.080/1990. E foi a que avançou de modo preponderante desde 2003, quando se constituiu desde então uma articulação entre os Ministérios da Saúde e da Educação na criação de vários programas, com destaque ao lançamento, em 2004, do ‘AprenderSUS’, que consistiu em um “conjunto de estratégias para fortalecer a cooperação entre instituições de educação superior e o sistema de saúde” (TEIXEIRA, OLIVEIRA, ARANTES, 2012, p. 213).

Dentre as mudanças na atenção e na gestão no SUS a partir do Pacto pela Saúde, em 2006, estão as Responsabilidades Municipais na Educação na Saúde (BRASIL, 2009), e entre elas:

- Todo município deve formular e promover a gestão da educação permanente em saúde e processos relativos à mesma, orientados pela integralidade da atenção à saúde, criando, quando for o caso, estruturas de coordenação e de execução da política de formação e desenvolvimento, participando do seu financiamento.
- Todo município deve promover diretamente ou em cooperação com o estado, com os municípios da sua região e com a União, processos conjuntos de educação permanente em saúde.
- Todo município deve apoiar e promover a aproximação dos movimentos de educação popular em saúde na formação dos profissionais de saúde, em consonância com as necessidades sociais em saúde.
- Todo município deve incentivar, junto à rede de ensino, no âmbito municipal, a realização de ações educativas e de conhecimento do SUS.

A descentralização da saúde para o âmbito municipal vai demandar um aumento da sua força de trabalho, e por conseguinte, a criação de mecanismos de formação e qualificação dos profissionais. E para tanto,

[...] faz-se necessário qualificar as instâncias locais; descobrir e investir por suas potencialidades; valorizar a formação multiprofissional e as capacidades específicas de cada profissão,

sem aprisionamentos; investir na aprendizagem a partir de valores partilhados e desenvolver a capacidade de crítica, autoanálise e autogestão, tendo em vista construir outros modos de aprender, de aprender a aprender, de aprender no trabalho e de trabalhar na saúde (CARVALHO, CECCIN, 2006, p. 173).

Em estudo feito por Pierantoni e Garcia (2012, p. 51-52) foi constatada uma relevante cooperação entre as secretarias municipais de saúde e as instituições de ensino para a qualificação dos trabalhadores do SUS, em 67,6% das secretarias participantes, sendo 61,4% por meio cursos de especialização e 56,1% como campo de estágio para a graduação.

O Processo Formativo

As atividades teórico-práticas, que correspondem a dimensão ensino em serviço, e caracterizadas pelo sistema de ensino da Universidade como estágio curricular obrigatório, foram um diferencial deste Curso de Especialização, inspirada nos moldes das residências em saúde. Esta modalidade ampliou seu escopo de qualificação, ultrapassando o espaço tradicional da educação continuada, que se limita ao espaço físico das instituições de ensino.

Esta modalidade oportunizou a realização do processo de educação em serviço, contando com o acompanhamento da equipe de preceptoria e tutoria, considerando a formação dos

profissionais cotidianamente no e pelo trabalho. Buscou-se a valorização do cotidiano do trabalho dos cursistas e o conhecimento construído durante sua trajetória, uma vez que esta é produtora de conhecimento.

Este processo foi permeado pelos desafios que compõem o trabalho em saúde, expressos por “dificuldades no contexto das relações interpessoais durante o processo de trabalho, caracterizadas pela presença de conflitos, distanciamento e resistência à inclusão de novos profissionais” (PERUZZO *et al.*, 2018, p. 3). Contudo, já houve no “Brasil um avanço maior do trabalho em equipe e a prática interprofissional na organização dos serviços e no cotidiano de trabalho dos profissionais” (PEDUZZI, 2016, p. 200), situação que proporcionou uma rica experiência no processo de ensino-aprendizagem do curso.

Preceptoría

Um dos diferenciais desta formação foi a adoção da estratégia de preceptoría como forma de apoiar os cursistas e bolsistas nos trabalhos desenvolvidos nos cenários de práticas. As atividades de preceptoría foram realizadas por duas mestrandas do programa de Saúde Coletiva e egressas do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva.

Privilegiou-se este perfil de preceptoría entendendo o preceptor enquanto um educador, com a necessidade do uso de ferramentas docentes (FAJARDO; CECCIM, 2010) experiência ofertada pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Também se preferenciou este perfil de monitoria pela vivência em atividades de ensino-serviço em gestão e saúde coletiva, experienciadas por meio do programa de residência em saúde e o perfil formativo direcionado para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O entendimento sobre preceptoria versa entre diversos conceitos, entendendo-se que é uma atividade educativa distinta da docência tradicional, uma vez que esta experiência é pautada no compartilhamento de experiência de trabalho, apoio pedagógico e o cuidado com os especializandos (FAJARDO; CECCIM, 2010). O preceptor transita entre o cotidiano do trabalho e a formação trazendo estratégias para lidar com tensionamentos e questões no processo de ensino-serviço. Tem a função de colocar em análise e problematizar as experiências de trabalho, de ofertar apoio pedagógico e cuidado com os profissionais cursistas, percorrendo trajetórias entre o seu conhecimento específico, experiências de trabalho e a conexão entre teoria e prática. É na interlocução entre as relações que o preceptor estabelece suas experiências e inovação (PEREIRA *et al*, 2018; FAJARDO e MEDEIROS, 2018; LIMA e ROSENDO, 2015).

Desde o início do curso as preceptoras se aproximaram dos municípios com visitas regulares a campo buscando apoiar a construção de espaços, ideias de trabalho inclusivas e satisfatórias tanto para os profissionais cursistas quanto para os municípios. Nesta atividade estava também o suporte para a inserção dos alunos bolsistas-cursistas nos serviços, situando-os na equi-

pe de trabalho municipal para o planejamento e implantação de políticas públicas de saúde.

Apesar das preceptoras não serem trabalhadoras vinculadas aos cenários de práticas foram pessoas capacitadas para a integração de conceitos e valores do cotidiano do trabalho, ajudando os cursistas no desenvolvimento de estratégias para resolução de problemas e propostas de ações inovadoras nos cenários de práticas. O acompanhamento da realidade dos municípios por meio de preceptorias nos próprios municípios de atuação dos cursistas permitiu o diagnóstico situacional dos cenários de práticas e a busca por ferramentas de intervenção para a promoção de ações pedagógicas que se adaptem às peculiaridades dos cursistas e o manejo de situações inerentes ao trabalho em saúde.

Também coube às preceptoras realizar a mediação interinstitucional entre os municípios participantes e a universidade nas figuras de trabalhadores da gestão e coordenação do curso. Além do acompanhamento nos cenários de práticas, sempre estavam disponíveis nos diversos canais de comunicação para quaisquer necessidades de aproximação, dúvida ou apoio. A facilidade no acesso a essas profissionais de referência permitiram o acolhimento e a discussão de temas específicos emergentes nas práticas do trabalho.

Durante a realização do curso diversos embates práticos e pedagógicos se deram nos cenários de práticas o que exigiu maior aproximação dos cursistas, preceptoras e coordenação do curso a fim alcançar a resolução mais adequada a situações de conflito ou outras próprias do trabalho em saúde.

O investimento de recursos para bolsas de preceptoria estimulou a constante capacitação de preceptores em sua formação, valorização do profissional preceptor e de seu papel de liderança na condução de atividades teórico-práticas. Ainda, a dedicação exclusiva e contínua garantiu a estabilidade na execução dos processos de aprendizagem dos cursistas, manutenção dos vínculos construídos e o planejamento e execução de atividades compartilhadas e supervisionadas.

Pela forma como o vínculo entre especializandos e preceptores se constituiu muitas vezes a relação estabelecida perpassou a dimensão do ensino, podendo contemplar o aconselhamento, influência ou inspiração para o desenvolvimento ético e profissional (ROCHA; WARMLING; TOASSI, 2016). Dessa forma, a atuação das preceptoras no andamento do curso foi um diferencial, e a qualificação profissional das preceptoras agregou conhecimentos, favoreceu a troca de experiências e o entendimento de situações semelhantes já experimentadas na gestão em saúde.

Atividades em Ambiente Virtual de Aprendizado - A experiência do ensino à distância

Entendendo as particularidades dos cenários de gestão dos municípios parceiros a carga horária teórico-prática foi desenvolvida através de encontros quinzenais na universidade e em ambiente virtual de aprendizagem (AVA- Moodle UFRGS), organizados de acordo com os eixos estruturantes do curso, com atividades conduzidas pelos docentes das disciplinas.

As atividades em ambiente virtual foram desenvolvidas de modo que os especializandos pudessem articular as vivências de seus processos de trabalho nos cenários de práticas ao conteúdo teórico exposto nos momentos presenciais, entendendo o ambiente virtual como um espaço de aprendizagem colaborativa, onde os especializandos também se tornaram corresponsáveis com seu processo de aprendizagem (WARMLING *et al*, 2018).

Conforme observado nesta experiência do curso de especialização da UFRGS e a experiência descrita por Warmling e colaboradores (2018) na experiência de ensino à distância do Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a presença de profissionais como tutores e preceptores que mediam os processos de ensino e aprendizagem nas plataformas à distância, se destacam na participação do ensino-aprendizagem, pois favorece relações horizontais, derrubando possíveis barreiras que este processo pode trazer.

Nos ambientes virtuais de aprendizado a equipe de apoio técnico e pedagógico se fez fundamental, como responsável pela manutenção do moodle e sinalização de prazos de entrega de atividades e postagem do conteúdo previamente elaborado pela equipe docente.

A equipe pedagógica, por meio da figura das preceptoras, também acompanhou a trajetória dos especializandos nas plataformas digitais auxiliando-os permanentemente no cumprimento das atividades à distância, valorizando as especificidades dos trabalhadores do SUS na complexa relação de ensino-serviço.

Foram adotadas estratégias de apoio e incentivo para a participação integral dos trabalhadores, destacando a construção de conhecimentos no campo da saúde coletiva com ênfase nas experiências em Gestão do Trabalho e Educação da Saúde.

O acompanhamento do ambiente AVA pela equipe pedagógica se fez também como uma potente estratégia na prevenção de evasões das atividades nas plataformas digitais, uma vez que, quando identificadas dificuldades foram ofertados espaços de escuta e acolhimento das demandas, fazendo com que o aprendizado fosse de fato significativo aos trabalhadores discentes.

Por meio das preceptoras foram realizados o acompanhamento da frequência dos alunos nas atividades formativas do curso, o esclarecimento de dúvidas sobre as atividades do curso em EAD, apoio à equipe de docentes e coordenadores do curso, e acompanhamento dos cursistas nos cenários de práticas.

Considerações Finais

As atividades desenvolvidas pelo curso de Especialização Educação em Saúde Coletiva: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde ressaltaram o compromisso com o processo de produção de perfis profissionais, a produção educativa das equipes de saúde e o compromisso dos profissionais com o Sistema Único de Saúde. Possibilitou também detectar diferentes segmentos de saberes e de práticas, o encontro interprofissional, interdisciplinar e a intersetorialidade, dando ao cotidiano maior potência de aperfeiçoamento da gestão, da atenção, da formulação e da

execução de políticas públicas aliados a gestão loco-territorial, a integralidade do cuidado, a formação-intervenção com práticas educativas no cotidiano e a intervenção crítico-colaborativa em redes de atenção e gestão.

O Curso, compreendido nos âmbitos da Saúde Coletiva e da Educação e Ensino da Saúde, abrangeu atividades que permearam o planejamento participativo, a gestão colegiada, a avaliação formativa, o desenvolvimento integrado e da inovação científico-tecnológica. Além do ensino teórico-prático, ensino em serviço, este último realizado através de estágio curricular obrigatório nas secretarias municipais de saúde, os trabalhadores de saúde municipais e os bolsistas também atuaram enquanto atores do ensino em serviço.

A equipe de trabalho pedagógico, técnico e administrativo foi elemento diferencial para o aprendizado presencial e de ensino a distância, facilitando as relações entre alunos bolsistas, gestores e curso, propiciando ambientes de cooperação mútua entre os grupos, compartilhamento de responsabilidades e coordenação dos esforços, visto as diferentes formações e vivências dos cursistas.

As produções dos cursistas, através dos Trabalhos de Conclusão de Curso realizados, revelaram o aproveitamento do processo formativo e o retorno aos seus municípios de novas ações programáticas e, a contribuição dos processos de educação permanente em saúde para a atenção e a gestão municipal.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. SGTES. DGES. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 9).

CAMPOS, Francisco Eduardo de; AGUIAR, Raphael Augusto Teixeira de; BELISÁRIO, Soraya Almeida. A formação superior dos profissionais de saúde. In: Giovanella, Lígia *et al.* (Orgs.). **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. SUS: o que e como fazer? **Ciência & Saúde Coletiva**, 23(6):1707-1714, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1707.pdf>. Acesso em 19 de março de 2019.

CARVALHO, Yara Maria de; CECCIM, Ricardo Burg. Formação e educação em saúde: aprendizados com a saúde coletiva. In: SOUSA, Gastão Wagner *et al.* (Orgs.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, Fiocruz, 2006.

CECCIM, Ricardo Burg; ARMANI, Teresa Borgert. Educação na saúde coletiva: papel estratégico na gestão do SUS. **Divulg. saúde debate** (23):30-56, dez. 2001.

FAJARDO, Ananyr Porto; CECCIM, Ricardo Burg Ceccin. O trabalho da preceptoria nos tempos de residência em área profissional da saúde. In: FAJARDO, Ananyr Porto; ROCHA, Cristianne Maria Farmer; PASINI, Vera Lúcia. **Residências em saúde: fazeres & saberes na formação em saúde**. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2010.

FAJARDO, Ananyr Porto; MEDEIROS, Roberto Henrique Amorim de. Função preceptoria. In: **EnSiQlopedia das residências em saúde** [recurso eletrônico] / Ricardo Burg Ceccim ... [et al.] organizadores. – Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. 366 p.: il. – (Série Vivências em Educação na Saúde). Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-vivencias-em-educacao-na-saude/ensiqlopedia-das-residencias-em-saude-pdf>. Acesso em 6 de junho de 2020.

FUNCIA, Francisco Rózsa. Subfinanciamento e orçamento federal do SUS: referências preliminares para a alocação adicional de recursos. **Ciênc. saúde coletiva** vol.24 no.12 Rio de Janeiro Dec.2019. Epub Nov 25, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019001204405. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

LIMA, Patrícia Acioli de Barros; ROZENDO, Célia Alves. Desafios e possibilidades no exercício da preceptoria do Pró-PE-T-Saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 19, supl. 1, p. 779-791, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832015000500779&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 6 jun. 2020.

MACHADO, Maria Helena; XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães. Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde no SUS: trinta anos de avanços e desafios. **Ciênc. saúde colet.** 23 (6) Jun 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n6/1971-1979/#>. Acesso em: 6 jun. 2020.

PEDUZZI, Marina. O SUS é interprofissional. **Interface (Botucatu)** vol.20 no.56 Botucatu Jan.Mar. 2016. Disponível em: <https://>

www.scielo.br/pdf/icse/v20n56/1807-5762-icse-20-56-0199.pdf. Acesso em 31 de março de 2019.

PEREIRA, Malviluci Campos *et al.* Preceptoria. In: CECCIM, Ricardo Burg *et al.* (Orgs.) **EnSiQlopedia das residências em saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018. (Série Vivências em Educação na Saúde). Disponível em: <http://historico.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-vivencias-em-educacao-na-saude/ensiqlopedia-das-residencias-em-saude-pdf>. Acesso em 31 de março de 2019.

PERUZZO, Hellen Emília *et al.* Os desafios de se trabalhar em equipe na estratégia saúde da família. **Esc Anna Nery** 2018;22(4):e20170372. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v22n4/1414-8145-ean-22-04-e20170372.pdf>. Acesso em 31 de março de 2019.

PIERANTONI, Celia Regina; GARCIA, Ana Claudia Pinheiro. A gestão do trabalho e da educação na saúde em secretarias estaduais e municipais de Saúde. **Divulgação Em Saúde Para Debate**. Rio de Janeiro n. 47. Maio 2012. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2013/10/revista-divulgacao-n.47-completa.pdf>. Acesso em 6 de junho 2020.

POSSA, Lisiane Boer. **Proposta de Curso Lato Sensu Educação em Saúde Coletiva: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

ROCHA, Patrícia Flores; WARMLING, Cristine Maria; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti. Preceptoria como modalidade de ensino na saúde: atuação e características do preceptor cirurgião-dentista da atenção primária. **Revista Saberes Plurais**, [S. l.], v. 01, p. 96-112, 19 jun. 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/>

handle/10183/168739/001003654.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
Acesso em 6 de junho 2020.

TEIXEIRA, Marcia; OLIVEIRA, Roberta Gondim de; ARANTES, Rosana Freitas. Mudanças nas políticas do trabalho e da educação em saúde no governo Lula. In: MACHADO, Cristiani Vieira; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; LIMA, Luciana Dias de. **Políticas de saúde no Brasil: continuidades e mudanças**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

TORRES, Odete Messa *et al.* Caminhos da educação permanente em saúde: a trajetória no Rio Grande do Sul. In: VIAL, Sandra Regina *et al.* (Coords.). **Caminhos da educação permanente em saúde: a trajetória no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola de Saúde Pública, Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, 2008. p. 21-40.

WARMLING, Deise *et al.* Aproximando saberes e experiências à distância: relato da tutoria de um curso de especialização. **Rev. salud pública**, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 132-137, Feb. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-00642018000100132&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de junho de 2020.



**Voltar ao
Sumário**